

Índios gaúchos terão distrito sanitário

Um grupo de caciques e técnicos do setor vai definir uma política para o atendimento médico de guaranis e caingangues

CLARINHA GLOCK

Está para sair do papel o Distrito Sanitário Especial Indígena Caingangue e Guarani, que vai definir uma nova política de saúde para os índios do Rio Grande do Sul. O distrito é formado por uma comissão de caciques, representantes da comunidade, da Secretaria Estadual de Saúde, da Fundação Nacional de Saúde (FNS) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) para discutir as necessidades de cada área, e as prioridades daqui para a frente. O primeiro passo vai ser dado hoje, com uma reunião na reserva de Inhacorá, em Santo Augusto, 488 quilômetros ao norte de Porto Alegre.

A formação de distritos sanitários vem se repetindo em outros estados com o apoio da Fundação Nacional de Saúde (FNS) — responsável pela saúde dos indígenas a partir do Decreto 23 assinado pelo presidente Fernando Collor, em fevereiro de 1991. A intenção é espalhar mais de 20 pelo Brasil, acabando com o crônico problema de assistência médica, nem sempre adequada às características dos grupos de cada região. Paralelamente, quer incentivar a volta da medicina tradicional — remédios retirados do mato, que os índios mais velhos



Maria Gorete: *problemas*

usavam para proteger dos males do corpo.

VERBA — Na lista das prioridades da FNS em todo o Brasil, a tuberculose e a malária estão em primeiro lugar. No Sul, as doenças de inverno também preocupam, porque longe do estereótipo do forte Peri, índio criado pelo escritor José de Alencar, a maioria dos índios do Estado vivem descalços ou com chinelo de dedo — mesmo num frio de 3 graus centígrados.

Maria Gorete Selau, responsável em Brasília pela comissão da FNS que trata da saúde do índio, esteve na reserva da Guarita, em Miraguai, na semana passada, para ouvir as reivindicações dos caciques indígenas. No encontro, foram aprovados projetos de saneamento em Inhacorá e na reserva de Rio da Várzea, em Liberato Salzano, mais a criação de três gabinetes odontológicos, em Nonoai, na Guarita, e



Assistência: *técnicos vão investir na medicina tradicional, com os índios buscando na natureza os seus remédios*

no Rio da Várzea, e a compra de uma viatura para facilitar o transporte dos doentes.

Da verba de Cr\$ 500 milhões já liberada pela FNS para as reservas do Estado, Cr\$ 70 milhões vão pagar a dívida hospitalar e das farmácias acumulada pela Funai nas dez áreas indígenas oficiais do Estado. Ficaram pendentes para discussão a colocação de mais enfermarias em algumas reservas e a compra de novas viaturas. Os caci-

ques também reivindicam a construção de casas. Para os guaranis do litoral do Estado, será criado um distrito específico.

Maria Selau reconhece que há outros problemas que influem na saúde dos índios, como os arrendamentos — “mas isso vai depender da Funai”, diz Selau. Vai depender também dos próprios índios. “O distrito vai funcionar bem se o pessoal de Guarita deixar sobrar alguma coisa para nós”, reclamou o

cacique de Rio da Várzea, João Elias Morreira, que acusa o ex-cacique de Guarita, Samuel Claudino, de colaborar com os arrendatários e dificultar a vida dos índios. Esta questão deverá pesar nos encontros do distrito de agora em diante, junto com outras que começam a preocupar, como o alcoolismo de mulheres — problema apontado pelo cacique José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes, da reserva de Nonoai.

Arivaldo Oliveira/ZH